UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO HUMANIDADES

MICHELA MIGUEL MENTESSE SÁ

DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CUNTUM-MADINA GUINÉ-BISSAU

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

MICHELA MIGUEL MENTESSE SÁ

DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CUNTUM-MADINA GUINÉ-BISSAU

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Claudilene Maria da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

MICHELA MIGUEL MENTESSE SÁ

DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CUNTUM-MADINA GUINÉ-BISSAU

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 01/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Claudilene Maria da Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Gomes de Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. M.e José Semedo Junior
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**QUESTÃO DE PESQUISA**	7
3	**OBJETIVOS**	8
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	**JUSTIFICATIVA**	8
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	9
5.1	EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU	9
6	**PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS**	13
7	**CRONOGRAMA**	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau, encontra se situada na costa ocidental do continente africano, é banhada pelo oceano atlântico, e possui uma extensão territorial de 36.125 km^2 divididos em oito regiões, como: Biombo, Bafatá, Gabú, Oio, Quinara, Tombali, Cacheu e Bolama/Bijagós, constituída por cerca de 88 ilhas e Ilhéus. Possui diversos grupos étnicos e culturais, que caracterizam diretamente a variedade linguística, econômica e social do país. Este projeto visa abordar a educação pré-escolar na Guiné-Bissau com foco nos desafios de acesso nas escolas públicas em Cuntum-Madina, um bairro que faz parte do sector autónoma de Bissau.

Cuntum-Madina é um bairro que se localiza na zona periférica de Bissau, capital da Guiné-Bissau. Segundo relatos de moradores antigos, o nome surgiu através da existência de uma mesquita no bairro de Cuntum denominada de Medina. O bairro todo era chamado de Cuntum, no entanto para diferenciar as zonas, chamaram-lhe de Cuntum 1, 2, 3 e sucessivamente. Com o passar do tempo essa zona ficou conhecida popularmente como sendo Cuntum-Madina, para diferenciar Cuntum e Cuntum-Madina.

Além desse nome, o bairro também é conhecido como “Terra Batida” devido à ausência de estradas asfaltadas, o que evidência algumas limitações infraestruturais existentes na localidade. Essa condição dificulta a mobilidade dos moradores, principalmente na época chuvosa, tornando difícil a circulação dos moradores do bairro.

O bairro, enfrenta desafios estruturais que afetam a qualidade de vida da população e dentre eles destaca-se as limitações do acesso à educação, a falta de infraestruturas de saúde, espaços de lazer, saneamento básico e entre outros serviços sociais. Mas apesar dessas dificuldades, o bairro apresenta um importante espaço de convivência comunitária, caracterizado pela diversidade cultural e pela capacidade de organização social dos seus residentes.

Como moradora do bairro, tive o privilégio de estudar num jardim de infância denominado “Escola Adventista Betel” em Cuntum-Madina. Esta é uma escola privada, onde pude adquirir diversos conhecimentos enquanto criança. Posto no ensino básico, conhecido como (ensino fundamental no Brasil), pude observar que, geralmente as crianças que não têm um bom aproveitamento no ensino pré-escolar são obrigadas a estudar o primeiro ano do ensino básico por duas vezes, essa repetição tinha como objetivo preparar o aluno para as classes subsequentes. Neste sentido, o tema do projeto de pesquisa surge da necessidade de abordar questões relacionadas à precarização do acesso das crianças de Cuntum-Madina ao ensino pré-

escolar público. Conforme aponta Patrícia Godinho Gomes (2010), a escolarização ofertada pelos colonizadores possuía como finalidade a consolidação dos processos de dominação territorial e inferiorização e aniquilação da cultura local.

Desse modo, segundo Semedo (2019), a escolarização na guiné Guiné-Bissau teve o seu início após o rompimento das barreiras sociais, histórico e cultural do povo guineense com o modelo da educação que existia da forma tradicional[1], que permitia o processo de transmissão de geração para geração. Esse modelo de ensino sofreu uma ruptura com a invasão colonial portuguesa entre os anos de 1446 e 1447, trazendo uma mudança significativa para aquilo que eram os modelos tradicionais de socialização e ensino da região, passando para um modelo de educação elitista, excludente e fortemente ligados a religião católica, ignorando os hábitos e costumes que perpetuavam na região.

Conforme afirma Patrícia Godinho Gomes (2015), a política assimilacionista destinada aos sujeitos coloniais, que acabou por promover a segregação legal da população guineense, "constituiu o primeiro grande passo no sentido da exclusão da maioria dos africanos da possibilidade de exercer a cidadania no contexto do Estado colonial" (Gomes, 2015, p. 173). O caráter seletivo do sistema colonial restringia o acesso da maior parte da população africana a uma escolarização de qualidade. Mas, a mesma autora lembra que, com o avanço da luta de libertação nacional, essa realidade começou a se transformar. No campo educacional, "centenas de crianças, independentemente do sexo, foram escolarizadas, tendo em conta as realidades locais" (Gomes, 2015, p. 174).

Após a independência, em 1973, como Semedo ressalta (2019), o modelo do ensino deixado pelo colonialismo ainda orientava o desenvolvimento de uma pequena parte da elite. Traduzindo-se em um comportamento totalmente eurocêntrico, desvalorizando os que eram tidos como sendo pessoas não assimiladas, o país mergulhou por um processo de retrocesso no sistema de ensino, sobretudo na educação pré-escolar. Diversos fatores estavam atrelados às dificuldades ao acesso ao sistema educacional, desde a compreensão de como se dá esse sistema de ensino, questões sociais, culturais e econômicas que assolavam a região.

A educação de crianças pequenas está atrelada ao desenvolvimento cognitivo e emocional, social e cultural, se constitui como sendo a base do processo de ensino e aprendizagem. Essa fase da educação é fundamental por constituir um papel essencial na

[1] É o processo ancestral e oral de transmissão de conhecimentos, valores, crenças e técnicas de sobrevivência. Ela acontece de forma prática e comunitária, sem instituições formais, sendo passada de geração em geração pelos mais velhos e líderes tradicionais.

preparação da criança para os níveis posteriores da educação escolar, contribuindo significativamente para aquilo que é a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento do desenvolvimento humano. De acordo com Oriani (2008), a educação não é mais somente responsável pela transmissão de conteúdo, também é sua função preparar para a cidadania, o que significa que deve promover a compreensão dos direitos e deveres para que a convivência em sociedade seja plenamente vivenciada desde os primeiros contatos com os outros. De acordo com artigo 10° da (LBSE) Lei de Base do Sistema Educativo na Guiné-Bissau, a educação pré-escolar compreende os seguintes objetivos:

> a) Fazer a despistagem de precocidades, inadaptações e deficiências na criança, encaminhando-a convenientemente;
> b) Estimular e aumentar as capacidades da criança numa perspectiva de desenvolvimento equilibrado;
> c) Promover a integração da criança em diferentes grupos sociais, em ordem ao desenvolvimento da sociedade;
> d) Incrementar a formação moral e cívica e o sentido de liberdade e responsabilidade;
> e) Favorecer hábitos de higiene e saúde;
> f) Amplificar as probabilidades de sucesso da criança no sistema de ensino, através, designadamente, da transposição da barreira linguística. (Guiné-Bissau, 2010, p. 5).

Para Monteiro (2005), o objetivo desta faixa de ensino é desenvolver as aptidões das crianças e prepará-las para a escola primária. A falta de consistência nas instituições de ensino e a falta de professores formados em educação infantil, têm fragilizado os direitos presentes na LBSE, fazendo com que a região de Cuntum-Madina, vivencie uma segregação escolar, no nível da educação pré-escolar nas escolas públicas. Esta etapa da educação possui uma a presença massiva de escolas do setor privado, onde maior parte da população não consegue ter acesso, por falta de meios.

Desse modo, este projeto visa refletir diversos aspectos que se configuram como desafios para o acesso à educação pré-escolar, e com essa perspectiva a seguir apresentamos a questão de investigação.

2 QUESTÃO DE PESQUISA

Quais são os fatores que explicam os desafios do acesso e contribuem para a ausência de políticas públicas para educação Pré-Escolar em Cuntum-Madina/Bissau?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores que explicam os desafios do acesso e contribuem para a ausência de políticas públicas para educação pré-escolar em Cuntum-Madina/Bissau.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a importância da educação pré-escolar como política pública educacional;
- Identificar as ações do estado guineense em relação à educação pré-escolar no bairro de Cuntum-Madina, Bissau;
- Verificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias do bairro para acessar a educação pré-escolar;
- Identificar a percepção dos docentes de escolas públicas de ensino básico sobre a necessidade percebida da implementação de escolas públicas de jardim de infância.

4 JUSTIFICATIVA

O meu percurso de inserção e permanência no ensino básico, foi desafiador, fatores econômicos contribuíram para minha ausência em determinados períodos letivos na escola, questão que resultou em déficit na assimilação de determinados conteúdos estudados ao longo do ano letivo. Hoje consigo refletir sobre o impacto que esta situação vivenciada por mim durante o processo de iniciação dos meus estudos pode desencadear no processo escolar de uma criança, resultando em défices de base, caso não sejam superadas. Infelizmente esta não é uma situação só minha, mas representa a realidade de uma boa parte da comunidade local.

Desse modo, estudar os desafios da educação pré-escolar nas escolas públicas em Cuntum-Madina, constitui um desafio de grande relevância social, pois, a realização deste projeto de pesquisa pode ajudar na compreensão da importância de implementação de políticas públicas eficazes, que atuam diretamente sobre o acesso das crianças em fase pré-escolar no sistema do ensino escolar público e gratuito. Para Oriani (2008), a Educação de crianças pequenas tem passado por um processo de desenvolvimento por meio do qual o olhar para a

infância é redirecionado, tanto no que diz respeito à importância dos cuidados, quanto no que se refere à aprendizagem. Vale lembrar que a educação pré-escolar, está atrelada ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, oferecendo também as primeiras experiências com ambiente de ensino e aprendizagem acadêmica.

Deste modo a elaboração deste projeto, poderá fornecer uma base de dados do ponto de vista acadêmico e teórico, a fim de avaliar a importância e de salvaguardar, o direito à educação em fase pré-escolar, das crianças da região de Cuntum-Madina e não só. Sendo que o mesmo estudo poderá incentivar outras pesquisas relacionadas aos diversos fatores que atuam diretamente sobre a trajetória acadêmica dos estudantes.

Em suma, este projeto, é de grande relevância pois acreditamos na educação e na sua força de atuação sobre uma nação, e no contexto da Guiné-Bissau, é urgente que se comece a falar sobre as diversas questões que estão na base de um sistema de ensino solidificado e mais coeso, que dialogue com as diversas realidades do país. Por esta razão é necessário a produção de pesquisas e outros subsídios que oriente a criação de políticas públicas educacionais para educação pré-escolar e sua efetividade dentro das comunidades.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU

Historicamente, a educação na Guiné-Bissau é marcada por diversos desafios históricos, políticos, econômicos e sociais, que influenciam diretamente na qualidade do ensino escolarizado e no acesso da população a esse sistema. Vários estudos demostram que desde a era colonial, o sistema de ensino obedecia a um sistema estrutural excludente, privilegiando apenas uma pequena parcela da população, situação que desencadeou dentro do seio das comunidades guineenses desigualdades educacionais, que se perpetuam até aos dias de hoje. Como apontam, Bussotti e Sucuma (2024);

> Acesso à educação de qualidade para a população da Guiné-Bissau não fazia parte dos planos da colonização portuguesa. Havia mais a vontade de explorar economicamente o território guineense, associado a uma política de repressão hostil contra o povo da Guiné-Bissau, fato que contribuiu para o retrocesso econômico e político observado na antiga Guiné-Portuguesa comparado com outros territórios colonizados por Portugal em África (Bussotti e Sucuma 2, p. 9, 2024).

Segundo Cá (2015), na era colonial eram invocados objetivos civilizadores, designadamente a religião a fim de mascarar interesses econômicos e políticos, não se permitiu que a educação fosse além de nível mínimo. Essa realidade de segregação exigia que fossem tomadas novas medidas de políticas educacionais, voltadas para a formação nacional e para a ampliação do acesso à educação.

Ainda assim, Djata e Boneli (2025), afirmam que à Educação na Guiné-Bissau evoluiu ao longo das diversas transformações constitucionais do país. A Constituição de 1973 marcou um primeiro reconhecimento do direito à educação, mas sua implementação foi afetada por um sistema político fortemente centralizado, que priorizava a afirmação do Estado e sua soberania sobre a materialização dos direitos sociais.

Após a independência, proclamada em 1973 e reconhecida por Portugal apenas no ano de 1974, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), com o intuito de formar um novo estado, guiadas por convicções autônomas do povo guineense, considerou a educação como sendo um instrumento fundamental a fim de alavancar as aspirações do novo governo totalmente independente do jugo colonial. Neste contexto as ideias de Amílcar Cabral tiveram um papel proeminente sobre como é que o novo sistema de ensino deveria ser organizado. De acordo com Fati (2018), compreende-se que a educação escolar do PAIGC nas Zonas Libertadas, de modo geral produzia o conhecimento. Era uma educação para libertação e a emancipação.

Apesar desses avanços significativos com a conquista da independência, o sistema educacional continuou enfrentando desafios significativos. Diversos fatores estruturais estavam na base desse enfraquecimento, como as constantes instabilidades políticas vivenciadas ao longo dos anos, situação que tem inviabilizado a criação de políticas públicas no âmbito educacional e um forte sistema de leis que defendam a educação no seu todo.

Segundo Nanque (2025), a ausência de política pública no Estado da Guiné-Bissau contribui para a instabilidade governativa e a falta de garantias educacionais, não apenas na educação, mas em todos os setores, uma vez que não permite uma estratégia para o crescimento do país.

De acordo com a convenção dos direitos das crianças da UNICEF, no seu artigo 28 diz que “Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, tendo nomeadamente em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades”. Na realidade de Guiné-Bissau, esse direito é garantido pelo artigo 49º da Constituição da República, destacando que “Todo o cidadão tem o direito e o dever da

educação". E que "O Estado promove gradualmente a gratuitidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino".

O cenário sobre a educação estabelecido pela Constituição da República da Guiné-Bissau, não se traduz para aquilo que é vivenciado no seio das comunidades, ainda é notório um cenário de crianças e adultos fora do sistema de ensino, muita das vezes pela falta de recursos que possibilitam o acesso à educação pública, como emolumentos[2] que devem ser pagos para o acesso ao mesmo ensino. E muita das vezes a falta de recurso a fim de dar seguimento ao ensino privado, como também a falta de infraestrutura criada pelo governo, capazes de acolher o quantitativo de crianças em idades pré-escolar. De acordo com dados da UNICEF (2022):

> Na Guiné-Bissau, um terço das crianças em idade escolar não frequenta a escola ao passo que muitas das que o fazem carecem de condições propícias à aprendizagem, incluindo professores qualificados, material escolar e instalações de água e saneamento adequadas. Apenas um quarto das escolas oferece um ciclo completo de seis anos de ensino primário. A dotação governamental do orçamento do Estado para a educação é de 14% e a maior parte destina-se a salários.

Uma realidade que demonstra a urgência de implementação de políticas públicas para educação pré-escolar, essas políticas devem estar atreladas às diversas realidades vivenciadas pelas comunidades em geral, não tendo assim um sentimento de estranhamento no âmbito do seu processo de criação e de implementação, salvaguardando sempre os interesses das populações, de acordo com a LBSE de 2010, na Guiné-Bissau "O sistema educativo integra a educação não formal e a educação formal". Desse modo, é necessário a criação de políticas públicas que integrem os dois tipos de educação executados no país, não beneficiando simplesmente o sistema de educação formal. De acordo com a Lei de Base de sistema educativo da Guiné-Bissau, em seu artigo 9º, podemos entender que:

> 1. A educação pré-escolar é a vertente do sistema educativo que, autonomamente, antecede a educação escolar, funcionando a título facultativo e em complementaridade ou supletividade com o meio familiar.
> 2. A educação pré-escolar destina-se a crianças desde os três anos até à idade de ingresso no ensino básico",(LBSE, 2010, p. 5).

A lei nos mostra que tanto o estado, como a família, possui um papel preponderante no processo de aprendizagem da criança. Neste sentido, a inserção ao ensino pré-escolar deve ser feita, por meio de um processo pedagógico adequado e de socialização, obedecendo à faixa

[2] Emolumentos são como são chamados os pagamentos simbólicos que são realizados anualmente para o acesso à educação na Guiné-Bissau, mesmo em escolas públicas.

etária dos estudantes, buscando sempre estimular suas capacidades cognitivas, curiosidades e criatividades, tendo assim uma maior interação e adaptação dos estudantes ao ambiente escolar.

Dada a falta de políticas que estimulam uma inserção massiva das crianças nas escolas públicas, e a falta de recursos por parte dos encarregados de educação a fim de recorrerem às escolas privadas, tem se criado nas comunidades, escolas comunitárias "iscola di banku"[3]. Em seus estudos Pereira (2021), afirma que "o estado não consegue dar conta para a melhoria desse problema na sociedade guineense, o que faz com que a comunidade se encarregue do ensino, ou seja, a comunidade passa a ter uma participação ativa na criação de escolas e o ensino com as escolas comunitárias." Que têm auxiliado no processo de alfabetização das crianças, cobrando um valor simbólico aos encarregados da educação.

Segundo o Ministério da Educação da Guiné-Bissau e a Fundação Fé e cooperação/FEC (2019), o Ministério da Educação integra toda a rede de estabelecimentos públicos de educação de infância, ensino básico, ensino secundário, ensino superior e formação técnico profissional e suas variedades especiais (Decreto-lei n.º 10/2006). A condução de como se dará o funcionamento das escolas no país recai diretamente ao estado, sendo o mesmo responsável de traçar todas as diretrizes da LBSE.

Um ponto importante que deixa a desejar sobre a realidade das instituições pré-escolar no bairro de Cuntum-Madina, são os diversos desafios que as mesmas vêm enfrentando, que vão desde a falta de infraestrutura adequada, que obedeçam ao padrão do ensino pré-escolar, dando um maior conforto e segurança para as crianças e professores/as da área. Além disso é necessária uma melhor formação para os professores/as, muitos docentes deste nível de ensino ainda carecem de uma boa prática pedagógica que dialoga com a área de atuação e a realidade das crianças. Nesse sentido, a atuação do governo sobre a educação constitui um elemento essencial para uma maior estabilidade no sistema de ensino.

O acesso à educação na Guiné-Bissau, sempre foi um desafio, sobretudo para as populações mais desfavorecidas, a educação pré-escolar é a etapa que foi mais prejudicada ao longo dos anos, como destaca Monteiro (2005), o ensino pré-escolar é o segmento do ensino formal que menos se desenvolveu ao longo dos mais de cinquenta anos de independência da Guiné-Bissau, senão de toda a história da educação guineense. Situação que é muito insuficiente, para aquilo que um dia foram as aspirações promovidas pelo partido libertador, ter

[3] *Iscola de Banku* são escolas criadas nas comunidades, o nome surge mediante a estrutura da mesma, muitos dos alunos tinham que trazer de casa os seus bancos.

na educação a fonte para reconstrução de uma nova nação, justa e igualitária onde todos pudessem usufruir dos mesmos direitos. Segundo Indjai (2023);

> a democratização do acesso, a inclusão e a permanência dos estudantes na educação básica, na implementação das políticas públicas capazes de visualizar e considerar a desigualdade existente na realidade de cada estudante. Estes fenômenos refletem uma dupla problemática na realidade guineense: de um lado, fatores históricos que implicam na falta de criação das políticas públicas que garantam o saneamento básico, educação e segurança alimentar para todos. (Indjai, 2023 p. 60).

Dessa forma, para se obter um maior resultado sobre o acesso à educação e ampliação de números de vagas, é necessário levar em conta aspectos essenciais que estão na base de uma melhor condição de vida em sociedade, como, saneamento básico dentro das comunidades, segurança alimentar e criação de políticas que estabeleçam a distribuição de merenda nas escolas e assistência social, a fim de oferecer um maior conforto para os professores e aos alunos, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem.

6 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

Na pesquisa a metodologia funciona como sendo um conjunto de técnicas a serem utilizadas de forma sistemática e organizada a fim de se alcançar os objetivos da pesquisa, obedecendo todo processo da pesquisa, desde a coleta de informações e produção de dados, passando pela análise e interpretação dos resultados, dando uma maior confiabilidade à pesquisa. De acordo Libório e Terra (2015), a metodologia de uma pesquisa varia conforme o tipo de trabalho escolhido pelo pesquisador, o tipo de área do conhecimento da qual faz parte e o tema destacado para o trabalho.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotaremos a abordagem qualitativa e trabalharemos com a pesquisa bibliográfica, levando em consideração publicações como: artigos científicos, teses e dissertações, que dialogam diretamente, com a educação de crianças pequenas e os desafios do acesso à educação pré-escolar nas escolas públicas do bairro Cuntum-Madina, além disso será realizada uma série de entrevistas semiestruturada por meio de formulários eletrônicos, direcionados aos professores da educação pré-escolar, para diretores das escolas públicas, como também para encarregados de alunos que frequentam o ensino pré-escolar, de modo a se obter uma visão mais abrangente de como é que se dá o processo do ensino pré-escolar. Para Gil (2017), a pesquisa bibliográfica, como qualquer outra, desenvolve-

se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto.

A pesquisa possui caráter qualitativo, por trazer uma abordagem que visa compreender e interpretar fenômenos sociais por meio das experiências e percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo; consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, entrevistas e fotografias. Busca se entender o fenômeno em termo dos significados que as pessoas a ele conferem. (Denzin; Lincoln, 2006 *apud* Chueke; Lima, 2012, p. 65).

A pesquisa também será elaborada por meio da análise documental, tendo em conta, publicações do governo, dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a LBSE, como também o boletim oficial da República de Guiné-Bissau, dando assim uma maior credibilidade aos dados da pesquisa. Segundo, Lima Junior *et al*., (2021), o uso da análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse utilizando o documento como objeto de estudo.

Para Gil (2017), o elemento qualitativo também pode ser usado para descrever as experiências dos participantes da pesquisa. Análise dos resultados, será feita mediante os dados que forem coletados, fazendo uma comparação entre as entrevistas e análise documental, de modo a ter uma melhor percepção concernente ao ensino pré-escolar na cidade de Bissau, no bairro Cuntum-Madina.

7 CRONOGRAMA

O cronograma contempla três períodos letivos para o desenvolvimento das atividades, porque esse é o tempo previsto para o Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em Ciências Sociais.

ATIVIDADES	TCC I			TCC II			TCC III		
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X			
Elaboração do roteiro da Entrevista				X	X	X			
Realização das entrevistas					X	X			
Análise das informações					X	X	X		
Redação do TCC							X	X	X
Defesa do TCC									X

REFERÊNCIAS

BUSSOTTI, Luca; SUCUMA, Arnaldo. **Da educação colonial ao ensino superior em África**: o caso da Guiné-Bissau. Educação, p. e103/1-24, 2024.

CÁ, Lourenço Ocuni; CÁ, Cristina Mandu Ocuni. Políticas públicas em educação: um apanhado histórico. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 17, n. 1, p. 88-106, 2015.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.

DJATA, Zito; BONELLI, Rita de Cássia Simões Moreira. O direito à educação na Guiné-Bissau: uma análise entre sua formulação teórica e a efetiva concretização. *In*: MACHADO, Edinilson Donisete; HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos; RIGOLDI, Vivianne (coord.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas I**. Florianópolis: CONPEDI, 2025. p. 205-221.

FATI, Calilo. Guiné-Bissau: A educação para a liberdade (1963-1973). **Revista Café com Sociologia**, v. 7, n. 1, p. 62-72, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2017.

GOMES, Patrícia Godinho. O Estado da Arte dos Estudos de Gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros Tempos**, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

GUINÉ-BISSAU, **Constituição da república.** Princípios fundamentais - da natureza e fundamentos do estado. Artigo 49, p. 16. 1996.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Bases do Sistema Educativo**, Bissau, Artigo 4, p.3. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3g4jBwR. Acesso em 20 de jan. 2026.

INDJAI, Sene Carlos. **Políticas educacionais na Guiné-Bissau**: um estudo sobre acesso e permanência na educação básica. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão *et al*. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LIBÓRIO, Daisy; TERRA, Lucimara. **Metodologia científica**. Editora Laureate International Universities, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR, JUVENTUDE, CULTURA E DESPORTOS DA GUINÉ-BISSAU; FEC – FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO. **Caracterização do Pré-Escolar na Guiné-Bissau**: Levantamento Nacional. Lisboa: FEC – Fundação Fé e Cooperação, 2019.

MONTEIRO, João José Huco. A Educação na Guiné–Bissau. **Bases para uma estratégia sectorial renovada**. Bissau: República da Guiné-Bissau, MEN, 2005.

NANQUE. Amison. A educação básica na guiné-bissau: uma análise de formação dos professores da educação básica guineense. **Revista Cecpan**, p. 4, 2025.

ORIANI, Valéria Pall. Direitos humanos na educação infantil: algumas reflexões. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 8, n. 2, 2008.

PEREIRA, Paulo Jorge Morreira. **A história e a política da educação infantil em Guiné-Bissau.** TCC (Graduação) - 2021. 20f. Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, p.13, 2021.

SEMEDO, Luisa Pinto. **Educação Infantil na Guiné-Bissau" observação e práticas no Jardim Infantil Despertar**. 2019.

UNICEF Brasil – **Convenção sobre os Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança.** Brasília, Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca . Acesso em: 7 abril. 2026.

UNICEF. **Acesso à aprendizagem.** Bissau: UNICEF Guiné-Bissau, 2022. Disponível em: https://www.unief.org/guineabissau/pt/acesso-%C3%A0-aprendizagem. Acesso em: 18 maio. 2026.